

“Morrer de sede olhando a água boa ali, pertinho”: a falta de acesso à água por famílias rurais no entorno do PISF em Pernambuco

JAQUELINE GUIMARÃES SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

JÚNIO SOARES DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

SANDRO VALENÇA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

DANIELA MAIMONI DE FIGUEIREDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)

MARIANA TEODORO DOS SANTOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB)

Agradecimento à órgão de fomento:

Agradecemos ao CNPQ pelo recurso financeiro dado para execução do projeto de pesquisa aprovado no âmbito da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021.

“Morrer de sede olhando a água boa ali, pertinho”: a falta de acesso à água por famílias rurais no entorno do PISF em Pernambuco

1. Introdução

É indiscutível que a água desempenha um papel fundamental na vida das pessoas, em particular e, de modo amplo, para a sociedade e desenvolvimento industrial, este último se configurando como um considerável consumidor e, por decorrência, amplificador de escassez de água em inúmeras parcelas do território nacional (ROCHA, 2022). Para agravar tal realidade, a distribuição de água entre as regiões brasileiras é bastante desequilibrada. Por exemplo, a região Norte conta com densidade demográfica de 4,12 hab./km² e concentra 68,5% da água doce, enquanto a região Nordeste conta com 34,15% hab./km² e concentra 3,3% deste recurso (ANA, 2018), sendo nesta última onde predomina condições climáticas mais desafiadoras e é marcada historicamente pela concentração de fontes de águas e de terra (SANTOS, 2023).

Considerando o contexto histórico de políticas públicas emergenciais e ineficientes, implementadas durante os históricos períodos de estiagens, o Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) despontou como alternativa para garantir a segurança hídrica do Nordeste Setentrional. O projeto hídrico possui uma extensão total de 470 km, constituído por dois eixos, Eixo Leste e Eixo Norte (SILVA, 2022; SANTOS, 2020).

As águas do rio São Francisco, que são transpostos por dois eixos principais, são tomadas em Pernambuco, especificamente, no eixo leste parte de Floresta até Monteiro/PB, perfazendo 217km, e no eixo Norte em Cabrobó, seguindo até São José de Piranhas/PB, perfazendo 260km, englobando uma estrutura física robusta composta por quatro túneis, 14 aquedutos, nove estações de bombeamento e 27 reservatórios (SANTOS, 2020).

Logicamente, a implantação do projeto resultou em diversos efeitos negativos para a região, tanto de ordem natural, como de ordem social, sobretudo, a partir do processo de desterritorialização de diferentes famílias, a maioria do meio rural, assim como para as comunidades rurais que não precisaram realizar o deslocamento territorial, mas tiveram de conviver com todos os efeitos socionaturais provenientes das implantações de grandes projetos como é o PISF.

Uma das formas de compensação ambiental foi promulgado através do Programa Básico Ambiental (PBA 15), que é específico para a implantação de infraestrutura de abastecimento de água para garantir o acesso à água de comunidades rurais no entorno do PISF. É importante mencionar que outros 37 PBAs correspondem ao programa de compensação ambiental elaborado para minimizar os efeitos socionaturais resultantes do PISF, como exigência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão licenciador.

Todavia, estudos anteriores (SANTOS, 2020; 2022; 2023) revelam que as famílias atingidas diretamente pelo projeto hídrico e reterritorializadas nas vilas rurais lutam pelo acesso à água e a concretização das ações do PBA 8 (Programa de Reassentamento das Populações), corroborado por outros estudos (DINIZ; MALUF, 2020; DINIZ, *et al.*, 2023). Assim, a presente pesquisa volta o olhar para as comunidades rurais existentes no entorno do PISF, por compreender que estas devem ser, ou pelo menos deveriam ser, aquelas prioritárias para garantir o acesso à água, uma vez que tiveram seus modos de vida afetados pelo projeto, além da proximidade geográfica.

Nesse sentido, este artigo tem por objetivo analisar as formas de acesso à água de famílias pertencentes à comunidade rural Roça Velha, localizada em Floresta, no Sertão pernambucano. Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o uso da entrevista semiestruturada, além da observação não participante e coleta de documentos como principais técnicas

decoleta de dados.

A pesquisa é relevante por trazer à tona os efeitos que grandes projetos resultam para as comunidades atingidas, além de problematizar e desmistificar a questão da água no Nordeste brasileiro, a partir do olhar de quem convive com a seca e a cerca que dificulta o acesso pleno de água para famílias que residem no entorno do empreendimento.

A estrutura do artigo é composta de cinco partes, além da presente introdução, na próxima é discutido o referencial teórico basilar para a compreensão dos constructos teóricos que fomentam o debate, em seguida os procedimentos metodológicos, depois as análises e discussões dos dados e, por fim, as considerações finais.

2. Referencial Teórico

O modo como a região Nordeste frequentemente é retratada, em especial na literatura e no cinema, por meio de expressões artísticas estereotipadas, acaba perpetuando o ideário de um território com escassez de recursos naturais e ocupados por um povo com história de vida sofrida, reduzindo muitas destas vivências a um cenário de constante marginalização. Tomar essa imagem como verdadeira, é ignorar as nuances importantes que compõem a complexidade sociohistórico da formação da região, além de perpetuar um discurso distorcido, dotado de preconceitos e que, por vezes, tenta apagar movimentos de luta e reivindicações empregados pelos sujeitos na busca por melhores condições de vida.

A principal característica retratada em famosas obras sobre o Nordeste destaca a seca como fator agravante de uma penosa condição de vida. Tal representação acaba desconsiderando a falta de ações governamentais em diversos momentos históricos, que, de fato, pudessem contribuir para a resolução ou, pelo menos, à minimização dos problemas que envolviam as questões de acesso e distribuição dos recursos hídricos (FERREIRA *et al.*, 2020).

Historicamente, a questão da água no Nordeste do Brasil é uma realidade complexa e desafiadora, caracterizada pela privação de terras e fontes de água, reflexo da chegada da colonização europeia, que introduziu os sistemas de propriedade e gestão da terra, privilegiando grandes latifundiários em detrimento das populações locais. Isso, por sua vez, aumentou a desigualdade no acesso e distribuição desse bem, gerando diversos conflitos de interesses entre as comunidades locais e os atores políticos e empresariais acerca do uso e manejo da água (FARIAS *et al.*, 2020).

Outro registro relevante, que exemplifica a representação do Nordeste quase apenas pela perspectiva da seca, segundo Costa (2020), é o do período no qual houve acontecimentos peculiares, como o rebaixamento do preço do açúcar, a venda massiva de escravos à região Sul, o crescimento demográfico a níveis nunca antes vistos, a perda das características da pecuária extensiva — a criação de gado em grandes áreas de pastagem natural para dar lugar à prática da consorciação de bovinos junto a produtos de subsistência e algodão, no intuito de driblar os impactos da seca sem grande perda de lucro —, que geraram várias repercussões sociais, dentre elas o deslocamento da população em altíssima escala a centros urbanos.

Além desses fatores, a história da água no Nordeste tem outras interferências significantes na perpetuação tanto da representação da região, quanto nas estratégias adotadas para driblar os efeitos da dificuldade de acesso à água. Nesse contexto, o conceito de “indústria da seca” vem apresentar a forma com que o discurso da escassez é distorcido intencionalmente por atores políticos e empresariais que, até os dias atuais, fortalecem a disseminação de que essa escassez e dificuldade de acesso à água estão unicamente ligadas aos já mencionados fatores climáticos e localização geográfica (SANTOS, 2020; 2023). Além disso, conforme aponta Linhares *et al.* (2021), atores empresariais e fazendeiros regionais

também se utilizam de tal problemática para a promoção de ferramentas tecnológicas que aumentam apenas a sua lucratividade em detrimento da privatização das fontes hídricas.

Portanto, ao contrário do que é defendido pela indústria da seca, a dificuldade de acesso à água não resulta apenas das condições climáticas da região (SANTOS, 2020; 2023), mas também da falta de compromisso do poder público em prover esse acesso para as famílias locais. Para Conceição e Manzi (2023), a articulação social é fundamental, não apenas para o direito de uso da água, mas também para a omissão do Estado em cumprir sua responsabilidade de garantir tal direito para as pessoas que há muito enfrentam essa realidade cíclica.

É notório o quanto a água é indispensável para os seres vivos, seja para o consumo, cultivo ou realização de atividades cotidianas. A desigualdade de acesso à água apresenta-se, também, como uma questão profundamente enraizada na falta de políticas públicas, falta de infraestrutura adequada e gestão ineficiente, que por sua vez, ocasionam impactos socioculturais, econômicos, organizacionais, e até mesmo financeiros, modificando os modos de vida e de organização das famílias afetadas, diminuindo seu poder aquisitivo, depositando responsabilidades desiguais entre os membros dessas famílias e comunidades, além de intensificar os conflitos por água (GONÇALVES *et al.*, 2024).

Os conflitos por água no Nordeste brasileiro têm origens complexas, incluindo a histórica concentração de terras e poder econômico, clima semiárido, expansão agrícola e pecuária e a intensa desigualdade social (SANTOS, 2022; GUSMÃO *et al.*, 2020). Os atores presentes nesses conflitos podem ser caracterizados como agricultores familiares, grandes produtores agroindustriais e a comunidades locais, que disputam, a partir de seu ponto de vista, o acesso e uso de água para as atividades que julgam serem mais importantes, como seu consumo e de animais da criação, irrigação do plantio e uso industrial (SILVEIRA; SILVA, 2019).

Tendo em vista os efeitos e problemáticos gerados pela dificuldade de acesso à água, é necessário que haja políticas públicas que levem em consideração as especificidades de cada contexto, analisando não só a perspectiva técnica que envolve essas questões, mas também observem como se dão as relações os atores sociais e a natureza.

Para o estudo de como se dão essas interações entre de interação entre natureza e sociedade, a perspectiva teórica da Ecologia Política consegue, além de explicar a configuração dessas dinâmicas de interação, se propõe a questionar modelos de exploração de recursos e populações. A temática que se popularizou a partir das décadas de 1970 e 1980, contribuiu fortemente com os debates acerca dos impactos gerados por essas interações sociais com o meio ambiente, proporcionando uma análise crítica de modelos de desenvolvimento ambiental, sobretudo os que se baseiam em uma perspectiva economicista (LEAL *et al.*, 2021) e tecnicista.

A tentativa empregada pela perspectiva da Ecologia Política da água, em particular, visa confrontar as estruturas de poder que moldam os modos de como a água e os territórios são explorados, distribuídos e gerenciados. Para tal perspectiva, é imprescindível a promoção de políticas públicas e práticas sociais que priorizem a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a participação democrática das comunidades locais, que carregam a maior parte do ônus oriunda da implantação de grandes projetos e degradação ambiental (ALMEIDA, 2022).

A histórica negligência política para lidar com o uso da água, utilizando de estratégias emergenciais e que não consideram os aspectos inerentes da região, aponta a importância dos debates dentro do âmbito à ecologia política, ao considerar o fato de que as questões ambientais não podem ser tratadas de forma separada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que os cercam (NUNES; SILVA, 2020).

Além disso, outro ponto incentivado por essa vertente é a da organização política dos atores sociais, meio pelo qual é possível mudar os rumos do curso desigual que permeia tais relações entre a sociedade e a natureza (SÁNCHEZ *et al.*, 2020). Essa proposta de integrar e envolver os diversos atores

em uma agenda política enquadra-se no que a Ecologia Política chama de justiça social, ou seja, o exercício de considerar que os principais afetados pela degradação causada por terceiros, possam reivindicar e acompanhar seu direito de reparação.

Portanto, a luz da Ecologia Política da água é capaz da análise de como as relações de poder moldam a distribuição e o acesso à água em comunidades vulneráveis, de povos indígenas e quilombolas, incluindo também a análise de como os interesses públicos, econômicos e sociais vão influenciar diretamente na parcela de ônus que cada grupo de interesse terá como consequência, muito embora, já reconheça que a parcela maior, historicamente, tem ficado para a população em situação de vulnerabilidade (LOFTUS; SOUSA, 2021).

O debate provocado por essa vertente política da água prioriza questões como a equidade e a justiça na gestão do uso da água, incentivando a construção de uma governança hídrica democrática, promovida por e com quem teve seus modos de vida e subsistência transformados.

Em relação à gestão das águas superficiais e subterrâneas no Brasil, é importante mencionar a Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, Lei nº 9.433 de 1997 (BRASIL, 1997), instrumento legal que tem como um dos fundamentos a garantia dos usos múltiplos da água. Isso significa que, em princípio, todas as demandas por água devem ser atendidas, em especial para consumo humano e dessedentação animal, usos considerados nobres e prioritários, particularmente em situação de escassez.

Diante disso, ainda é inestimável, porventura, hoje ainda mais, em vista da intensificação dos efeitos adversos das mudanças climáticas, a importância da produção de estudos e pesquisas que abordem dilemas de acesso e distribuição de água, que superem análises superficiais de sua disponibilidade física, considerando, de modo central, as dinâmicas sociais, políticas e de poder, cujas influências se materializam na forma de como e por quem eles são utilizados (BRAZ JUNIOR *et al.*, 2022; SANTOS, 2023).

Este pode ser considerado um passo-chave para começar a entender como a gestão e o uso dos recursos hídricos afetam os contextos, onde a disponibilidade de água e os fatores climáticos são frequentemente manuseados de maneira indevida, para tentar justificar a problemática em torno da escassez em regiões que possuem tal característica (SANTOS, 2023). A seguir apresentamos os percursos metodológicos da pesquisa.

3. Percursos metodológicos da pesquisa

Para a produção deste trabalho, utilizou-se uma perspectiva onto-epistemológica com norteamo construtivista, pois, entendemos que a realidade é histórica e socialmente construída por meio da interação entre os sujeitos e o mundo em que vivem (GUBA; LINCOLN, 2005; SACCOL, 2009). Tendo em vista se manter o alinhamento metodológico, utilizou-se, por sua vez, uma abordagem qualitativa, a qual deu suporte à obtenção de dados e informações descritivos acerca de processos, lugares e pessoas, com o contato direto dos pesquisadores com a realidade-objeto, valorizando sobremaneira a perspectiva dos sujeitos (GODOY, 1995).

Como instrumentos para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada, observações diretas, registros fotográficos e de vídeos, além de documentos sobre o PISF disponibilizados no site do governo federal, especificamente, no site do Ministério de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, ANA e CODEVASF. As entrevistas foram realizadas com base em um roteiro semiestruturado elaborado com base no referencial teórico, buscando compreender como as famílias viviam antes do PISF e as transformações nos seus modos de vida após o projeto hídrico. Já as observações diretas, foram pautadas em protocolos de campo, buscando observar as condições de vida dos sujeitos. Totalizaram onze entrevistas, as quais foram nomeadas

com pseudônimos na seção de análise como Entrevistada 1 até 11 para garantir o anonimato.

Os dados e informações foram coletados no período de 17 a 20 de abril de 2023, junto à comunidade de Roça Velha, localizadas na zona rural do município Floresta, no estado de Pernambuco. É pertinente mencionar que as famílias constituem um povoado, com casas localizadas umas próximas as outras, situadas cerca de 2km do eixo leste do PISF. Portanto, as abordagens as famílias foram feitas de forma aleatória nas próprias residências das famílias e, após o aceite em participar da pesquisa, iniciavam-se as entrevistas. Todas foram gravadas com autorização prévia das pessoas participantes, resultando em uma média de 120 minutos.

Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas, os dados coletados sistematizados e organizados, seguindo para a análise que foi ancorada na técnica análise de conteúdo da Bardin (2011). As categorias emergidas dos dados foram: i) modos de vida antes do PISF; ii) as transformações no modo de vida das famílias a partir do PISF; iii) formas de acesso à água pelas famílias.

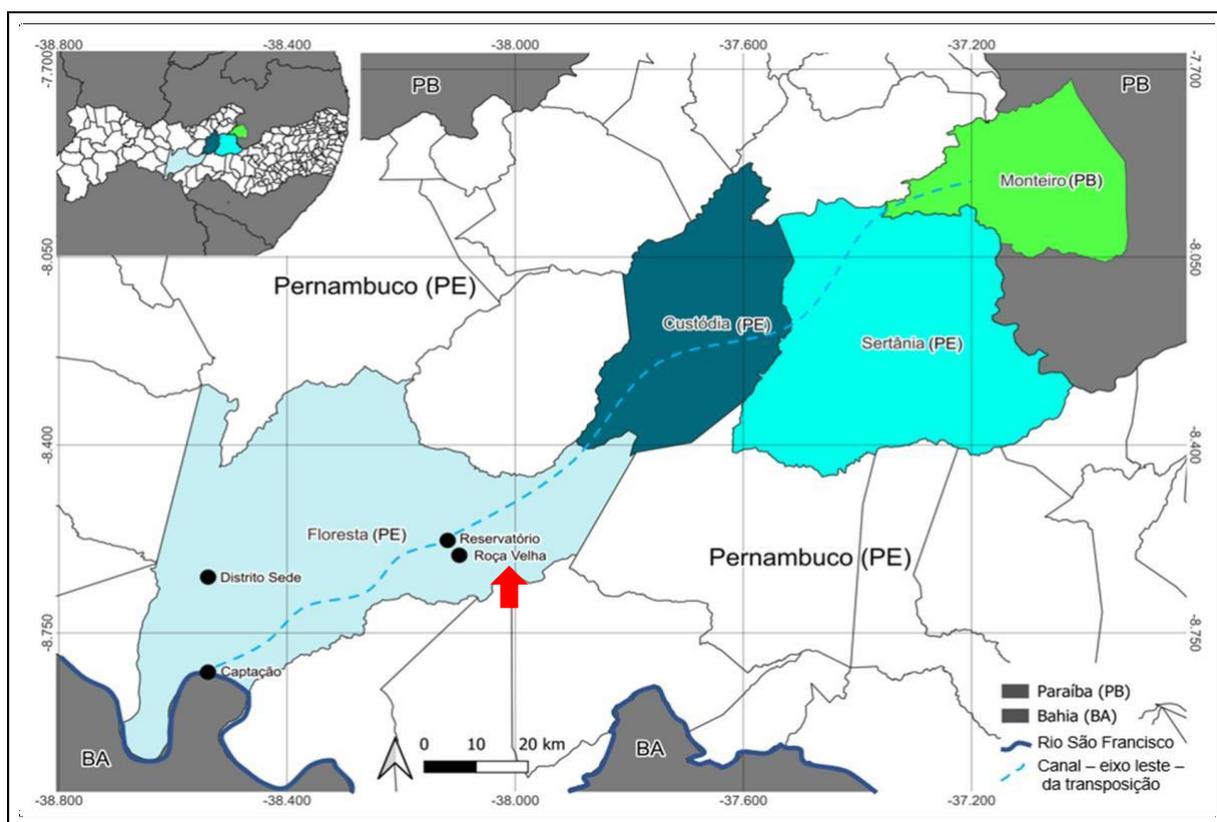
É pertinente mencionar que este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo, aprovado no âmbito da Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021, o qual está em fase de execução por uma equipe interdisciplinar, composta por docentes e discentes da graduação e da pós-graduação.

4. Caracterização da Comunidade Roça Velha e seus modos de vida antes do PISF

Roça Velha se localiza na zona rural de Floresta, na Mesorregião do São Francisco Pernambucano e Microrregião Itaparica. O município, contido entre as bacias hidrográficas dos rios São Francisco e Pajeú, dista cerca de 435 km de Recife, capital do estado de Pernambuco. Por via rodoviária, a comunidade, em particular, dista cerca de 65 km da sede municipal de Floresta (ver Figura 1). Ela é composta por, em média, 20 famílias. Predominantemente, tais unidades familiares têm por modo de vida a agricultura e a caprinocultura, práticas em escala de subsistência.

A comunidade Roça Velha foi atravessada pelo eixo leste do projeto de transposição (destacada pela seta vermelha na Figura 1), logo o seu território passou a fazer parte da Área de Influência Direta (AID) do PISF. As casas das famílias participantes da pesquisa estão assentadas, no máximo, cerca de dois quilômetros do eixo leste e três quilômetros de um dos reservatórios, que é abastecido pela calha hídrica do Projeto.

Figura 1 - Municípios por onde passa o eixo leste do projeto de transposição do rio São Francisco



Fonte: Elaboração própria (2024).

Os trechos de entrevistas, apresentados a seguir, descrevem de forma sintética o modo de vida da comunidade e o acesso dela à água antes da implantação do Projeto:

Antes de fazerem o canal aí, do lado, não apenas as pessoas da minha família, mas quase todas daqui, viviam de agricultura e de criar uns bichinhos. A gente plantava um feijão, um milho, uma macaxeira, principalmente quando caía uma chuvinha; criava galinha, guiné, peru. Principalmente, cabra, bicho que come de tudo e aguenta a falta d'água. [...] Porém, o apurado dava para nada. Aí a gente tinha que arranjar algum serviço, fora de casa, para complementar, ou vender alguma coisa... [...] um bichinho [...]. (Trecho de fala da entrevistada 5, abril/2023)

Uns poucos anos atrás, água boa, aqui, só quando chovia. Raramente. Sem chuva, a gente se virava com água de poço: salobra. Fazer o quê? Quem podia, comprava [água de] um [caminhão] pipa. Quem não podia, ficava na esperança de a Prefeitura [de Floresta] ou do Exército mandar [água de] um [caminhão] pipa. [...] Era pouca água para dividir para tanta gente necessitada. [...] Todo mundo, aqui, tem cisterna e apara água da chuva. Contudo, e quando não chovia? (Trecho de fala da entrevistada 4, abril/2023)

Eu ainda pude estudar. Fiz até magistério. Sou merendeira. Mas, a maioria das famílias daqui vive com um salário mínimo... Uma bolsa família... [...] Tem escola, aqui, até a 5ª série. Porém, são todas as crianças em uma sala de aula só [multisseriada]. Os maiores, vão para [a sede de] Floresta. O ônibus vem buscar e traz de volta. O serviço de saúde é bom. O agente passa todo mês, de porta em porta. Entretanto, se um [morador] adocer aqui, vai ter que se virar para chegar lá [em Floresta, sede municipal]. Tem transporte para isso, não. Mas o problema daqui é falta d'água, mesmo. Com água, até emprego aparece. (Trecho de fala do entrevistado 5, abril/2023)

Com base nos trechos de falas de sujeitos da comunidade de Roça Velha, é possível constatar

que o modo de vida local está firmado predominantemente na caprinocultura, devido a confortável convivência dos caprinos com o semiárido, e na agricultura familiar, sobretudo, em função de milho e feijão em períodos de chuva, com destaque aos meses de março e abril, quando os índices pluviométricos estão mais elevados, permitindo o armazenamento de colheita para o resto do ano. Nos períodos de estiagens, as possibilidades de trabalho são pontuais, fazendo com que os moradores dependam dos populares “bicos”, levantando cercas e limpando roças, por exemplo, como afirmado pelo entrevistado 2.

A [...] gente trabalhava na roça, quando chovia; e, quando não tinha serviço da roça, aí aparecia, assim, serviço fora, para gente fazer cerca. [Era] trabalhar — como eu trabalhei muito com o pai dele aí [referindo-se ao companheiro de empreitada] — para a gente sobreviver, não é? (Trecho de fala do/a entrevistado 2, abril/2023)

Constatou-se, também, que outra forma relevante de complementar a renda familiar ainda são a da transferência de renda e a assistência social oferecida pelo governo federal, mediante o programa Bolsa Família, sem deixar de mencionar as aposentadorias dos idosos.

No tocante ao acesso à água, além do armazenamento propiciado pelas chuvas, há poços em algumas propriedades que possibilitam a captação e a distribuição do recurso. No entanto, nem todas as famílias locais têm condições financeiras para a perfurar um.

[Só tem água na estiagem] quem tem condição de furar um poço. [E] não é todo mundo que tem condição de furar um poço e instalar [tubulação e bomba para captar e distribuir água], não é? (Trecho de fala do/a entrevistado/a 9, abril/2023).

Para o consumo humano, a principal fonte de abastecimento é o carro-pipa, via Prefeitura de Floresta e/ou Exército Brasileiro. A operação carro-pipa, formulada pelo Ministério da Defesa e executada pelo Exército, é uma política pública, em vigência há alguns anos, vital ao semiárido do País. A ação realizada por este órgão executivo se dedica ao planejamento e à operacionalização do apoio ao transporte e à distribuição de água potável a populações atingidas pela seca. Atualmente, são atendidos os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia (BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA, 2024).

Em relação ao acesso aos serviços de saúde, há um agente comunitário rural que faz visitas periódicas de acompanhamento às famílias da comunidade rural. Se necessário suporte médico-hospitalar mais elaborado, ele faz o encaminhamento do morador, através de marcação de consulta *in loco*, na Secretaria de Saúde de Floresta. Em casos graves, é preciso ocorrer o deslocamento à sede municipal.

No que tange à educação, a formação inicial é oferecida na escola municipal instalada na própria comunidade e a professora é também da localidade. Registramos, aqui, que a unidade escolar e a sua educadora exerceram um apoio inestimável à coleta de dados e informações à consecução da pesquisa que subsidiou a produção deste trabalho. A Figura 2 mostra um registro fotográfico produzido na referida escola. E, por termo, constatamos que para o ensino fundamental e médio, existe transporte coletivo ofertado pelo município à unidade escolar mais próxima.

Figura 2 – Registro na área externa da escola da comunidade rural Roça Velha, Floresta/PE



Fonte: Acervo dos autores (2023).

Com base na pesquisa de campo, foi possível compreender que as famílias sofreram efeitos decorrentes das obras do projeto e que os acessos à água são restringidos à operação carro-pipa, além de alguns poços existentes. A seguir discutiremos sobre as transformações que o PISF trouxe para a comunidade e suas formas de acesso à água.

4.2 Transformações dos modos de vida após a chegada do PISF e acesso à água

Após a conclusão das obras do eixo leste do PISF, e da decorrente ligação deste ao reservatório próximo à comunidade local, houve perenização do curso e do volume reservado. Porém, a água ainda não é tratada, é água bruta, por isso não deve ser destinada ao consumo humano. Para tal finalidade, a comunidade continua a se abastecer de água advinda de poços e de fornecimento irregular realizado através de caminhões-pipa enviados pela Prefeitura de Floresta e pelo Exército.

[Sem tratar a água para consumo humano] os homens não querem que a gente tire do canal, que fica aí, do lado, nem tire da barragem [reservatório]. [...] Você fica dependendo de poço [com água salobra], e de caminhão[-pipa]. A água que presta mesmo para a gente consumir em casa só é a do [caminhão-]pipa. (Trecho de fala da entrevistada 8, abril/2023).

O canal “corta” o território da comunidade, passando próximo às moradias da comunidade, mas ela não pode extrair água dele. Não é incomum se identificar moradores frustrados pela proximidade com projeto hídrico, caracterizando uma situação de abundância de água, sem lograrem acesso a ele.

A gente “baba” por aquela água. [As autoridades poderiam liberá-la,] pelo menos, para a gente plantar umas palmas para dar aos bichos. Mas nada. Nem uma gota (Trecho de fala da entrevistada 1, abril/2023).

Não, aqui não. Porque, assim, eu digo não porque eu não posso chegar lá, colocar uma bomba e tirar. Eu não posso chegar lá, pedir um pipa para tirar água e trazer para minha casa, né? Não chegou água nas torneiras, como, né, falam que vai chegar. Então, a resposta é não. [...]

Não, a gente não tem esse direito de ter acesso à água, porque a água pode sair, mas ninguém pode tirar. Ou seja, então a gente não tem (Trecho de fala da entrevistada 5, abril/2023).

A escassez d'água na comunidade rural é tão intensa que alguns membros da comunidade a captam diretamente do canal, fazendo uso de ligações clandestinas e bombas hidráulicas, não obstante saibam que a prática não é permitida. É pertinente chamar atenção sobre a possibilidade de criminalização, via Polícia Federal, das pessoas pela apropriação social da água que corre em seus territórios.

Um vizinho botou um motorzinho [uma bomba hidráulica] para puxar [água]. Uns dois dias [depois], já veio a Polícia Federal, com fotografia da coisa e tudo: “Pode tirar [água], não”. Por que esse povo não leva, logo, essa água para casa da gente? Isso revolta! Ninguém, aqui, é ladrão. Nós carecemos é dela. (Trecho de fala da entrevistada 8, abril/2023).

Outra fonte de frustração, exposta pela comunidade, está associada à inexistência de cercas às margens do canal, as quais impeçam os animais, principalmente, caprinos, bovinos e equinos, de descerem os taludes laterais de concreto, a fim de beberem água do curso. Em verdade, desde a conclusão das obras, vez por outra, exemplares dos diminutos planteis locais têm se afogado no canal. Os prejuízos vêm se acumulando e os proprietários dos animais mortos não recebem ressarcimento por parte do Poder Público.

Caso aqui, caso acolá, tem bicho do criatório da gente morto [dentro do canal]. Outro dia, um garrote do vizinho estava lá, boiando. Eu que vi. Chamei o povo para tirar. Na “brincadeira”, quase um rapaz morre, também. (Trecho de fala da entrevistada 8, abril/2023).

Hoje, está melhor. Ninguém pode negar. [...] Mas apareceram problemas novos. Primeiro, o canal passa, aí, do lado. Porém, ninguém pode tirar água. Os homens não deixam. Só da barragem [reservatório]. E ela é longe. Não chegou água para a torneira de nenhum morador, ainda. Segundo, de vez em quando, agora, a gente perde um bichinho no canal. Eles descem para beber e morrem afogados. Não tem cerca, não. Quem paga? [...] Hoje, está melhor. Nem se compara [com o tempo antes do PISF]. Água é uma bênção. Contudo, a transposição tem que se arrumar mais ligeiramente (Trecho de fala da entrevistado 9, abril/2023).

Outro fator destacado pelas pessoas foi a falta de informações e orientações sobre as formas de acesso à água, bem como para orientações sobre a circulação ao longo dos trechos. Constatamos que há uma ineficiente circulação de informações que tragam certezas quanto ao acesso a água por parte da comunidade, e das vezes que isso aconteceu, foi apenas para reafirmar a proibição de acessar a água do canal, conforme os trechos seguinte.

Orientação, tem, às vezes, tem reunião com o pessoal, vamos dizer assim, do meio ambiente. Eles orientam sobre alguns riscos, eles orientam sobre como a gente procurar os nossos direitos dessa água chegar. Orientações, sim. Agora, previsão de dizer assim, X anos, X data, X dia, vai chegar, não (Trecho de fala da entrevistada 5, abril/2023).

[...] Mas a gente não pode ter acesso à água não. Eles não querem não. Teve até problema assim, com a justiça aí. Alguém colocou um motorzinho para puxar água para casa e o Ministério veio aí. Eles também não querem que tirem água sem tratar. É para fazer uma adutora. Mas eles não fizeram. Aí vocês ficam dependendo de caminhão pipa (Trecho de fala da entrevistada 8, abril/2023).

Prefeito, vereador, mesmo sem água, aqui nunca pisou o pé não. Deputado aqui não serve para isso não. Agora Já teve reunião aqui. Não sei se é do DENOCS, é dos canais. E já

passaram muitas coisas aí pra gente. Mas era sim, dizendo, explicando que não era acesso para tomar banho, nem pegar água, era sempre explicando isso. Não liberaram (Trecho de fala da entrevistado 10, abril/2023).

Portanto, a comunidade reconhece que o PISF, especificamente em seu território, configurou-se como uma iniciativa positiva. Antes dele, não havia água em quantidade e qualidade adequada para um modo de vida com mínima dignidade. Com efeito, neste momento, nenhuma pessoa entrevistada expressou guardar qualquer sentimento saudosista em relação ao tempo anterior à conclusão do Projeto em seu território.

No entanto, ressentem-se, primeiro, da falta de segurança das margens do canal, que enseja o acesso de animais à água, onde estes perdem a vida por afogamento; e, segundo, do descompasso e da conseqüente morosidade da implantação do sistema de tratamento e distribuição da água destinados às moradias. Acerca dos serviços prestados à comunidade pelo sistema de educação e de saúde, de maneira pragmática, não se constatou mudanças significativas entre a época anterior à conclusão das obras do canal e à posterior.

Quanto ao futuro, a comunidade parece dividida, há moradores bastante entusiasmados com o devir, evidenciando expectativas de melhoria do padrão de vida local, além da geração de empregos e rendas com mais valor agregado. Todavia, há, simultaneamente, descrentes, acreditando que a implantação do Projeto, não irá mais à frente e restará, então, uma frustração maior: “morrer de sede olhando a água boa ali, pertinho”.

Hoje, está melhor. Ninguém pode negar. [...] Mas apareceram problemas novos. Primeiro, o canal passa, aí, do lado. Porém, ninguém pode tirar água. Os homens não deixam. Só da barragem. E ela é longe. Não chegou água para a torneira de nenhum morador, ainda. Segundo, de vez em quando, agora, a gente perde um bichinho no canal. Eles descem para beber e morrem afogado. Não tem cerca, não. Quem paga? [...] Hoje, está melhor. Nem se compara [com o tempo antes do PISF]. Água é uma bênção. Contudo, a transposição tem que se arrumar mais ligeiramente (Trecho de fala da entrevistado 4, abril/2023).

[...] Água para todo mundo, cerca feita, devido aos animais cair dentro, morrer, que é horrível isso, né... e água, distribuir água pras pessoas, fazer plantio, pras casas, porque coragem aqui as pessoas têm. Agora, os meios é que é difícil. Mas já tendo a água, já é muita coisa, né? Tendo isso, é maravilhoso. Maravilhoso. Aqui é um lugar maravilhoso, aqui é um lugar muito sossegado, tranquilo, um lugar que você não vê, zuada... É um lugar maravilhoso. Maravilhoso. A única coisa que falta é liberar essa água da transposição (Trecho de fala da entrevistado 6, abril/2023).

A gente espera, o que todo mundo aqui espera é que chegue água nas torneiras. Para poder a gente ter acesso também à água da transposição. Porque a gente mora vizinho, perto. E não pode tirar nada. Então, é isso que a gente espera (Trecho de fala da entrevistada 5, abril/2023).

Com base nos resultados constatamos que o Programa Básico Ambiental (PBA) 15, que é específico para a implantação de infraestrutura de abastecimento de água para garantir o acesso à água de comunidades rurais no entorno do PISF, não foi empreendido na comunidade Roça Velha, embora ela seja considerada no relatório do PBA 15. Portanto, a falta de acesso à uma água tão próxima é violenta e caracteriza um problema que deve ser prioritário para a solução por parte dos gestores estaduais e federais, de modo a garantir o pleno o direito fundamental de acesso à água, em consonância com a Política Nacional de Recursos Hídricos e com o direito humano de acesso à água, o qual constitui o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 6.

5. Considerações finais

Na atualidade, é indiscutível que o PISF deveria se encaminhar para bem atender aos fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos (BRASIL, 1997), o qual determina que “a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas” e que “em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais” (BRASIL, 1997). Em relação aos grandes centros urbanos, por exemplo, Campina Grande/PB, pode-se discutir a eficiência no atendido aos beneficiários finais. Estes, pouco a pouco, vêm sendo atendidos e, onde isso ocorre, as condições de vida melhoraram significativamente.

No entanto, essa não é uma realidade para as famílias que residem no entorno do projeto hídrico. Além disso, no que se refere ao fundamento da PNRH, que determina que “a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades”, o PISF ainda exige esforços dos grupos de atores, principalmente, estadual e municipal, de modo a possibilitar a descentralização na gestão das águas do PISF. Tal gestão é centralizada no âmbito do governo federal, especificamente no Ministério da Integração Nacional e Desenvolvimento Regional.

Tal fato não se trata de um desafio exclusivo de usuários e comunidades vinculadas ao PISF e/ou ao Semiárido nordestino setentrional, mas sim nacional, muito associado à pouca tradição de ativa participação civil e política das pessoas na tomada de decisão. Embora 27 anos da PNRH, a consolidação do ato de participar se manifesta de maneira tímida no indivíduo e na coletividade em gozo dos direitos civis e políticos ante o Estado. E não é exceção entre sujeitos mais humildes afetos ao PISF, especialmente àqueles que vivem mais afastados das sedes dos municípios, em áreas rurais.

Levar água ao Nordeste setentrional se mostra uma iniciativa nacional humanizadora. A partir da pesquisa de campo, constatamos a falta de acesso por aquelas pessoas que residem no entorno do projeto, e isso se mostra, radicalmente, um processo violento e desonesto ante suas vulnerabilidades.

Ora, o velho paradigma de transposição de recursos hídricos entre bacias, agora com base no rio São Francisco, realizou-se e o projeto materializou-se. Não há volta ao que se construiu. Logo, aqui se exige o atendimento da necessidade de inclusão das pessoas na garantia por água, tanto para o consumo humano, quanto para a agricultura familiar e a criação de animais, de modo a possibilitar uma vida mais digna no semiárido nordestino.

Por termo, discutir o acesso à água em um contexto marcado historicamente por conflitos em função de tal recurso e de terra, como ocorre na região Nordeste, mostra-se como um campo teórico-empírico bastante prolífero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. F.de S. **Água, território e justiça: a transposição do Rio São Francisco e as Vilas Produtivas Rurais**. 2022. Tese (Doutorado) - Curso do Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Recurso online, 347 f. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANA – Agência Nacional de Água. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil 2018**: informe anual. Brasília (DF): ANA, 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.433**, de 8 de janeiro 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos.

BRASIL. MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL. **Projeto de integração do rio São**

Francisco com bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional: relatório de impacto ambiental - RIMA. Brasília, 2004.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **A atuação do Exército na Operação Carro-Pipa.** 2024. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/web/noticias/w/a-participacao-do-exercito-na-operacao-carro-pipa#:~:text=Uma%20importante%20a%C3%A7%C3%A3o%20subsidi%C3%A1ria%20de,e%20estragagem%2C%20no%20Semi%20Arido%20Brasileiro>>. Acesso: 01 de maio de 2024.

BRAZ JUNIOR, P.; QUEIROZ BRAZ, A.; MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE, H.; PIRES DE ANDRADE, L. Gestão, comércio e conflitos pelo uso da água. **Brazilian Journal of Agroecology and Sustainability**, [S. l.], v. 4, n. 2, 2022.

DINIZ, P. C. O.; COSTA, M. A.; ROZENDO, C.; GOMES F. J.; SILVA, F. J. R. Refugiados da água: vulnerabilização e conflitos por acesso à água. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 36, 2023.

DINIZ, P. C. O.; MALUF, R. S. Usos e conflitos por água no rio Paraíba em face da transposição do Rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. In: OLIVEIRA, R. J. de. **Agricultura em Foco: Tópicos Em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais**, v. 2. p. 232-243, 2020.

CONCEIÇÃO, S. C. F. da; MANZI, M. “Na minha terra, ninguém entra para retirar cano algum!” Conflitos pela água e o hidronegócio no Recôncavo Baiano. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, Brasil, v. 27, n. 1, 2023.

COSTA, L. F. A. da. Entre a denúncia e o fatalismo: natureza, sociedade *esertanejos-retirantes* na literatura que evoca o *Nordeste das secas*. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 3, p. 571-593, 2020.

FARIAS, T. da S.; CARVALHO NETO, J. F. de; VIANNA, P. C. G. Políticas públicas de distribuição de água potável: a ação da operação pipa no Curimataú paraibano. **Revista de Geociências do Nordeste**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 166–177, 2020.

FERREIRA, J. G.; PAIVA, A. L. O.; MÉLO, A. B. de. Representações dos retirantes das secas do Semiárido nordestino. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55. p. 9-27, dez. 2020.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GONÇALVES, J. E.; DINIZ, P. C. O.; COSTA, A. M. Ambivalências no acesso à água por comunidades tradicionais do Nordeste. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 22, n. 55, 2024.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences.** 2005.

GUSMÃO, L. H. A.; SOMBRA, D.; COSTA, F. E. V. ANÁLISE DOS CONFLITOS POR ÁGUA NO ESPAÇO AGRÁRIO PARAENSE (2013-2016). **Sociedade e Território**, [S. l.], v. 32, n. 2, p. 47–69, 2021.

HESPANHOL, I. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. **Estudos avançados**, v. 22, p. 131-158, 2008.

LEAL, F. G.; VERAS NETO, F. Q.; NABOZNY, G. C. Ecologia política e conflitos ambientais: lutas por justiça ambiental. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 535–549, 2021.

LINHARES, L. I.; XIMENES, A. V. S. F. M.; MONTEIRO, J. B. Secas e políticas públicas no semiárido brasileiro: Um debate oportuno acerca do binômio combate a seca X convivência Com o semiárido. **Geopauta**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. e9233, 2021.

LOFTUS, A. J.; SOUSA, A. C. A. de. (In) segurança hídrica: garantindo o direito à água. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 25, n. 2, p. e-182666, 2021.

NUNES, M. G. P.; SILVA, C. N. M. da. NORDESTE BRASILEIRO: UM OLHAR SOBRE O SEMIÁRIDO E A CONVIVÊNCIA COM A SECA. **Revista Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 10, n. 3, p. 148–160, 2020.

ROCHA, B. B. S. **O saneamento rural e suas implicações nas relações de gênero: um estudo em três localidades brasileiras**. 2022. Tese (Doutorado) - Curso do Programade Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Universidade Federal de Minas Gerais. 2022. Recurso online, 225 f. Acesso em: 09 jan. 2024.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SÁNCHEZ, C.; SALGADO, S. D. C.; OLIVEIRA, S. T. de. Aportes da ecologia política para a construção de uma educação ambiental de base comunitária no contexto latino-americano: narrando a experiência de um Curso de Extensão Universitária. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 131–161, 2020.

SANTOS, J. G. **As vidas continuam secas: as injustiças em torno do projeto da transposição do rio São Francisco**. Programa de Pós-Graduação em Administração, UFRGS, Tese de Doutorado, 2020.

SANTOS, J. G. Entre a Seca e a Cerca: um olhar histórico em torno da Água no Nordeste brasileiro. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, n. 59, p. e13092, 2023.

SANTOS, J. G; PEDROZO, E. A; IORIS, A. A reterritorialização e a luta pela água dos atingidos pela transposição do rio São Francisco no Nordeste brasileiro. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 1º, janeiro de 2022.

SILVA, M. B. M.; RIBEIRO, M. M. R. Alocação e governança da água como mecanismos de resolução de conflitos. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 27, n. 3, p. 533–540, maio de 2022.

SILVA, M. M. V. da. **Projeto de Integração do rio São Francisco – PISF: recortes da injustiça hídrica no semiárido paraibano**. 2022. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2022.

SILVEIRA, S. M. B.; SILVA, M. das G. e. Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo. **Revista Katálysis**, v. 22, n. 2, p. 342–352, 2019.